

DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ALINEA A) DO ARTIGO 46 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)

Município: *Ribeira Grande*

14-10-2016

Mandatário (a)	N.e Proc./Espécie	Partes	Valor da Ação	Data de entrada	Data da sentença
Dr.ª Natália Sousa	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Proc. n.e 79/13.5BEPDL (Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos)	AA: Imobiliária Gaspar Frutuoso, L.da (Escritório de Advogados) R: Município de Ribeira Grande	160,09	18-04-2013	30-07-2016
	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Proc. n.e 85/13.0BEPDL (Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos)	AA: Imobiliária Gaspar Frutuoso, L.da (Escritório de Advogados) R: Município de Ribeira Grande	118,68	26-04-2013	30-07-2016
	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Proc. n.e 163/13.5BEPDL (Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos)	AA: Irmãos Vieira, Lda. R: Município de Ribeira Grande	5.000,01	20-08-2013	29-08-2016
Dr.ª Alice Ponte	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 76/14.3T9RGR, Ribeira Grande - Inst. Local Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Arguido: Renato Alexandre de Viveiros Melo; Defensor Oficioso: Pedro Moniz; Demandante: Câmara Municipal da Ribeira Grande	nd	11-06-2015	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 27/14.5PARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Arguido: Emídio Manuel Cabral Oliveira; Defensor Oficioso: Pedro Moniz; Demandante: Câmara Municipal da Ribeira Grande	nd	15-05-2014	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 573/12.5PARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Autor: Ministério Público; Arguido: Edgar José Silva Sousa; Mandatário: Álvaro Ribeiro; Arguido: Tiago Medeiros Costa; Consultor Técnico: Jaqueline Torres; Defensor Oficioso: Manuel Costa; Assistente: Câmara Municipal da Ribeira Grande	nd	17-12-2014	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 18/14.6T8RGR, Ribeira Grande - Inst. Local Secção Cível - J2 Estado: Findo Espécie: Ação de Processo Comum	Autor: Câmara Municipal da Ribeira Grande; Réu: Humberto Aguiar Botelho; Réu: Humberto Medeiros Botelho; Réu: José Maria Medeiros Botelho; Réu: Maria de Jesus da Costa Medeiros; Patrono: Márcia Peixoto de Oliveira; Réu: Maria de Jesus Medeiros Botelho; Réu: Mário Miguel Cabral Estrela; Réu: Rosa Maria Medeiros Botelho	nd	18-09-2014	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 453/11.1TARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Autor: Ministério Público Arguido: Câmara Municipal da Ribeira Grande e Dr. Alexandre Gaudêncio (Na qualidade de representante legal)	nd	nd	
	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo: 110/09.9 BEPDL Ponta Delgada – Unidade Orgânica	Autor: Fernando Manuel Leite Cabral; Réu: Câmara Municipal da Ribeira Grande	30.000,01	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 466/13.9TBRGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil - J1 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: Carlos Alberto Vertentes Mendonça e Nélia Mendonça. Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros.	259.849,85	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 327/14.4TBRGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil - J1 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: Luís Manuel da Silva Ponte e Maria Eduarda Teixeira Medeiros. Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	141.999,60	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 2939/12.1TBPDL, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil – J2 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: António Manuel Teixeira Cimbron Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	259.849,85	nd	
	Tribunal: de Contas Processo: 10/2016 REC.ORD.1.ªS	Autor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	nd	nd	
Dr. Fernando Cordeiro	Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada Processo 1985/15.8T8PDL	Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.) Entidade Patronal: Camara Municipal da Ribeira Grande Perito: Carlos Estrela Sinistrado: António Luís Vieira Melo Mandatário: Paulo Linhares Dias Testemunha: José Manuel Moniz Abelo Perito: Dr. Paulo Franco Sampaio Rodrigues Entidade responsável: Fidelidade, Companhia de Seguros, Sa Mandatário: Carolina Arruda	nd	nd	
	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo nº 304/10.4 BEPDL, Ação Administrativa Comum, Ordinária	A Autora: Maria da Conceição Ivens Ferraz Jardim Schmid pede que o Município seja condenado a iniciar o processo de expropriação sobre o imóvel propriedade da Autora. A ação está pendente e em fase de articulados. Existe a possibilidade de transferir para a Região Autónoma dos Açores parte do valor do imóvel relativamente ao qual se pede seja iniciada a expropriação.	valor aproximado de € 250 000,00	nd	
Dr. Paulo Leite	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 1/13.9 BEPDL Espécie: 3ª Espécie – Ação Administrativa Comum – Forma Sumaríssima (Ant. NCPC).	Autor: José Martins Tavares Ledo Réus: Município da Ribeira Grande, Leandro de Carvalho Martins Leitão	2.641,07	02-01-2013	
	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 72/12.5 BEPDL Espécie: 2ª Espécie – Ação Administrativa comum – Forma Sumária (Ant. NCPC)	Autor: A. M. Furtado SA Réu: Município da Ribeira Grande	44.355,39	14-03-2012	

	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 308/11.0 BEPDL Espécie: 1ª Espécie – Acção Administrativa comum – Forma Ordinária (Ant. NCPC).	Autor: Bento Luís de Sousa Paquete Réu: Município da Ribeira Grande	210.868,20	09-05-2011	
Dr. Nuno Raposo	Processo n.º 161/15.4BEPDL	Autor: trabalhador António Luís Vieira Melo (coveiro) Réu: Município de Ribeira Grande e a seguradora Fidelidade	nd	nd	
Dr. José Luis Pontes	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo nº65/16.3 BEPDL	Processo intentado por Angelina Amélia da Silva Soares de Medeiros, Manuel da Silva Medeiros e Maria do Rosário Silva Soares, tendo como pedido a revogação da Resolução do Conselho do Governo n.º 27/2016, de 15 de fevereiro, que declara a utilidade pública urgente da expropriação do bem imóvel nela identificado e direitos a ele inerentes, pertencente aos AA., alegando fundamentos que segundo os mesmos determinariam a sua invalidade.	39.808,80	nd	